
A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real: processos midiativistas de jornalismo ambiental¹

Amanda FRANCO²

Katarini MIGUEL³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

Nosso artigo propõe um debate entre as proximidades do conceito midiativista com a práxis do jornalismo ambiental e busca entender como isso se configura na cobertura jornalística, feita pelo coletivo midiativista Amazônia Real, da crise do Ministério do Meio Ambiente com a maior apreensão de madeira da história, que resultou na renúncia do então ministro Ricardo Salles. Usamos da Análise de Conteúdo para levantar os textos relacionados durante os meses de abril a julho de 2021 e aplicamos a caracterização com inferências que nos revelaram abordagens acusatórias, de forte posicionamento político, que tentaram ampliar a problemática, mas com pouco acompanhamento do caso.

Palavras-chave: Midiativismo; Jornalismo Ambiental; Amazônia Real; Ricardo Salles; Política Ambiental.

Introdução

Com o processo de desenvolvimento e propagação da Comunicação Mediada por Computadores e o conjunto de fenômenos condicionados pelas mídias digitais online, foi possível constituir diferentes meios de produção, consumo e circulação de informações para os usuários na conformação do que entendemos por cibercultura. Neste contexto, indivíduos e organizações se transfiguram atuando de forma expressiva, constituindo uma rede de alcance mundial para a comunicação que é compreendida ao mesmo tempo como interativa, individualizada, personalizada, anônima e que se alça como um espaço de controle e resistência (CASTELLS, 2013; LEMOS, 2010; MIGUEL, FRANCO, 2020).

A progressão e a pluralidade de recursos tecnológicos viabilizam a renovação das práticas jornalísticas e a emergência de discursos comunicativos em rede, os quais nos interessam os configurados pela ótica do midiativismo (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), visto que reiteram a compreensão do jornalismo alternativo, e despertam um forte

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela UFMS. E-mail: amandafrncol@gmail.com

³ Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS. E-mail: katarini.miguel@ufms.br

potencial de mobilização e engajamento cidadão perante as questões noticiadas. Por meio do contexto de convergência, mudança e mobilidade, movimentos sociais, incluindo as propostas de mídias ativistas e independentes, surgem (ou se revigoram) no esforço de tensionar novas produções, narrativas e discursos jornalísticos. Constatamos, nesta perspectiva, uma proximidade com o conceito do jornalismo ambiental e levantamos o pressuposto de que as redes de perfil ativistas conseguem ampliar a disseminação de pautas socioambientais em um panorama mais contextualizado e pluralizado do que o retratado pelo arranjo midiático hegemônico.

Em pesquisas anteriores para o próprio GP de Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente no Intercom 2020, notamos que na gênese do jornalismo ambiental há um diálogo com os códigos midiativistas, no sentido de informar de maneira engajada, buscando por pluralidade de vozes ao tentar complexificar os fenômenos para além dos fatos (MIGUEL, FRANCO, 2020). Ambos prezam pela investigação, pela denúncia, a partir de um posicionamento pró-ativo e propositivo. A concepção do jornalismo ambiental supera a ideia de uma cobertura centralizada apenas em questões relacionadas ao meio ambiente, ao chamado meio físico ou biológico. Para além disso, apresenta temas fundamentados em pontos de vistas distintos, de forma envolvida, vinculada com a promoção da qualidade de vida, assim como os fundamentos do midiativismo.

Em um primeiro mapeamento da nossa pesquisa mais ampla, por meio do levantamento a partir do Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública⁴, identificamos oito iniciativas pretensamente midiativistas que trabalham especificamente a temática ambiental. Constatamos que, apesar de não existir o auto-reconhecimento - nenhum dos portais se intitula propriamente como midiativista -, as iniciativas se aproximam da proposta midiativista do jornalismo ambiental ao prezarem pela questão da independência editorial e financeira, produzirem conteúdos com abordagens, fontes e preocupações que não alcançam a mídia convencional e, sobretudo, marcarem posição política e envolverem o cidadão no debate sobre as problemáticas ambientais (MIGUEL, FRANCO, 2020). Avaliamos que a iniciativa que mais integra esta proposta é o portal Amazônia Real, criado em 2013 por um coletivo de mulheres, autodefinido como uma

⁴O mapa tem como objetivo listar iniciativas independentes no Brasil, de forma colaborativa, que produzem conteúdo jornalístico nativo digital e não estão vinculadas aos conglomerados de mídia, empresas e organizações. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>.

“agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos que dá voz às populações da Amazônia [...] em especial daquelas que têm pouco espaço e visibilidade na chamada grande imprensa” (AMAZÔNIA REAL).

Constatamos evidentemente a aposta em uma contra narrativa, pautada em vozes da comunidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, com enfoque no jornalismo de opinião. Ademais, apresenta a perspectiva de gênero e pluraliza a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (CASTELLS, 2013). Neste sentido, observamos também uma expansão nos temas abordados, que escapam das perspectivas mais tradicionais e esperadas - relativas à floresta amazônica - para enfatizar as necessidades dos povos tradicionais. Assim, reiteramos a estrutura colaborativa, o engajamento do(a) jornalista, a transversalidade das pautas desenvolvidas, que se deslocam dos temas do meio ambiente natural, e pluralizam a cobertura e as próprias práticas jornalísticas com intervenções explícitas.

Isso posto, o presente artigo busca analisar o conteúdo da cobertura jornalística, realizada pela Amazônia Real, em um caso emblemático para a política ambiental do Brasil: a crise no Ministério do Meio Ambiente no primeiro semestre de 2021, desencadeada pela denúncia, em abril, do ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, contra o até então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O ex-ministro foi acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de organização criminosa que levou à maior apreensão de madeira da história⁵; 131 mil metros cúbicos de madeira, realizada em dezembro de 2020 no âmbito da operação *Handroanthus* GLO. Outras ações foram realizadas e mais de 200 mil metros cúbicos foram armazenados pelas autoridades federais. A denúncia relatada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os desdobramentos, como instauração de inquérito para investigar o ministro, resultaram na demissão de Ricardo Salles, em 23 de junho.

Apresentamos, na sequência, uma discussão conceitual sobre as características midiativistas, em consonância com o segmento de noções e práxis do jornalismo ambiental que nos ajudam na Análise de Conteúdo, conforme preceitos de Bardin (2007), dos textos publicados pela Amazônia Real. Bardin (2007) destaca que a intenção da análise é a inferência de conhecimentos relacionados às circunstâncias de produção ou recepção, um procedimento intermediário que possibilita a passagem evidente e orientada

⁵Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/operacao-da-pf-faz-a-maior-apreensao-de-madeira-da-historia.shtml>.

da descrição, que elenca as características do texto, à interpretação, que concede significado a essas particularidades. Neste sentido, pertencem ao domínio da análise de conteúdo, todas as tentativas que, a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos complementares, constituem a elucidação e sistematização do conteúdo das mensagens, com o subsídio de indicativos passíveis ou não de quantificação. Nossa abordagem teve como intuito realizar deduções lógicas e comprovadas relativas à origem das mensagens analisadas, referente ao emissor.

Para proceder a análise, levantamos os conteúdos que atravessavam a temática e, a partir do panorama quantitativo, selecionamos três textos principais da cobertura para a análise qualitativa que nos forneceram indícios como forte posicionamento do jornalista, as adjetivações incisivas e a tentativa de complexificar a problemática ambiental.

Em tempos conturbados, vide a conjuntura do atual Ministério do Meio Ambiente artigo e os danos constantes ao meio ambiente, faz-se necessário um compromisso com a pauta ambiental, o que exige um olhar cuidadoso, sistêmico e comprometido com a defesa da vida em todas as suas proporções. Requer-se ainda engajamento, apuração e investigação, com a finalidade de desvelar métodos que ocultam interesses que causam prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população em geral (GIRARDI, 2018).

Jornalismo ambiental; ciber, mídia, ativista

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) potencializaram as manifestações comunicativas e suscitaram a disseminação frenética e viral das ideias e percepções desses movimentos, coletivos e diferentes levantes que surgem conectados em rede de formas múltiplas, e se consolidaram como instrumentos poderosos a serviço do ativismo digital. “A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (CASTELLS, 2013, p.158).

Por meio dos avanços tecnológicos, cidadãos e ativistas se apropriam da internet, e conforme Rodrigues (2018, p. 38), torna-se “factível traçar uma linha do tempo que se constitui a partir dos fóruns de discussão - e comunidades virtuais -, os e-mails, a blogosfera e o jornalismo digital cidadão e/ou alternativo impulsionado pelo movimento do software livre”. Estes ambientes virtuais constituídos por coletivos, grupos de discussão e comunidades que possuem interesses em comum, tornam real a comunicação compartilhada, a qual suporta uma sucessão de “ativismos que vai da distribuição de

hacks à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários” (MALLINI, ANTOUN, 2013, p. 19-20), assim como a própria mídia é o movimento, o ente ativista.

Jornalismo e ativismo se encontram e problematizam as nomenclaturas; que perpassam os espaços alternativos à mídia convencional. Mídias independentes, radicais, midialivristas e midiativistas. As duas últimas se encontram mais correlacionadas ao contexto temporal e ao advento tecnológico, porém se diferenciam nas intenções de luta. Enquanto o midialivrismo está centrado em pautas que passam pela democratização da comunicação, e a sociedade integra essas experiências, o midiativismo tem um caráter mais genérico; “pode se relacionar a qualquer causa” (BRAIGHI, CÂMARA, 2018, p. 29). Ele carrega de um lado, a função de informação, mediação, que se associa ao outro lado, de transgressão solidária (JORDAN, 2002 apud BRAIGHI, CÂMARA, 2018), com a ambição de alterar situações de contexto. Os midiativistas são indivíduos que possuem uma vontade solidária, colocam em prática ações diretas transgressivas, intencionais e vislumbram as próprias competências de intervenção social sendo potencializadas, através de “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI, CÂMARA, 2018, p. 36).

Implantados na rede, os ativistas expandem suas atividades tradicionais ou desenvolvem outras, com a finalidade de espriar informações e reivindicações livres de mediação, esforçando-se em prol da mobilização para uma causa e organizando ações e protestos *online* e *offline*. As pautas são desenvolvidas de forma engajada, ativista, complementar aos debates em rede e à própria mídia convencional, atentas não apenas em apresentar causas e consequências, como propor resoluções e se apropriar delas, a exemplo das questões socioambientais, aqui centralizadas.

Leff (2009, p. 21) colabora em prol de uma racionalidade ambiental que compreende o ambiente não apenas como um “objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida”. O autor reflete acerca da epistemologia própria de um campo centrado nas questões ambientais, que busca dar sustentabilidade à vida, e estabelece um saber ambiental que “constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza”. A complexidade ambiental constitui uma globalidade alternativa, uma convergência de mundos de vida que se encontram em constante processo de diferenciação, e se apreende por meio de uma sucessão dialógica

de saberes, na interseção da ciência, da tecnologia e dos saberes populares. Capra (2001, p. 14) ressalta que “vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes” e aponta a visão ecológica como base para mudança social.

Moraes e Fante (2018) ressaltam que conhecer e compreender a discussão acerca da sustentabilidade e da concepção do desenvolvimento sustentável, nos moldes dos paradigmas e racionalidades que estruturam a sociedade, é um ponto relevante para a produção de pautas que estejam alinhadas com o jornalismo ambiental. As questões que o ambientalismo direciona estão concatenadas à necessidade de estruturar uma cidadania para os desiguais, com ênfase na temática dos direitos sociais, às consequências provocadas pela degradação das condições de vida decorrentes da destruição socioambiental e à indispensabilidade de ampliar condutas focalizadas na sustentabilidade e na politização de riscos (JACOBI, 2007).

Baccheta (2000, p. 18) apud Girardi (2018) destaca que o jornalismo ambiental se atenta aos “efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade”, e neste sentido, deve colaborar para a disseminação de temas complexos e para a análise dos encadeamentos políticos, sociais, culturais e éticos. Este tipo de jornalismo “[...] procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária”. Estabelecer conexões que resultam em reflexão, dispor de diferentes fios que tecem uma realidade e espriar seus aspectos, além de vislumbrar soluções e propostas são ações que não só refletem o bom jornalismo, mas também uma ecologia da experiência no espaço em que habitamos (SCHWAAB, 2015).

A abordagem atual da mídia apresenta a questão ambiental ainda de maneira restrita, fragmentada, pouco contextualizada, e além disso, reduz o conceito de meio ambiente muitas vezes à fauna e a flora, sem estabelecer as implicações sociais, econômicas e políticas interdependentes (MIGUEL, 2020; RIBEIRO, 2019; LIMA, 2015). Porém os fluxos comunicacionais não se limitam à atuação dos conglomerados midiáticos hegemônicos, visto que muitos grupos e coletivos desempenham estratégias de comunicação que alçam discursos mais preocupados perante o escopo socioambiental.

Acredita-se que o desafio primordial ao se adotar uma perspectiva interdisciplinar entre meio ambiente e comunicação é procurar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade

do mundo real dentro do qual e sobre o qual indivíduos e sociedade pretendem atuar. Essa tentativa pode ser bastante eficaz nesse momento, ou seja, diante do crescimento da diversidade midiática promovida pela evolução digital, estando aí também o aumento das potencialidades da comunicação para auxiliar no enfrentamento dos problemas socioambientais que se acumulam (LIMA, 2015, p. 81).

Com uma proposta de dilatar as funções do jornalista para o sentido do engajamento, o jornalismo ambiental “trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária, a partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais” (BELMONTE, 2017, p. 119). Nesta perspectiva, cresce a necessidade de impulsionar a utilização de recursos e estratégias comunicacionais que assegurem a sua visibilidade na agenda pública.

Girardi (2018) aponta algumas características que revelam uma reportagem calcada no jornalismo ambiental: apresentação de uma visão sistêmica dos fatos; transmissão da complexidade dos eventos ambientais; contemplação da diversidade dos saberes, não se detendo a fontes oficiais; defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, o que exige deixar a imparcialidade de lado e assumir sua função educativa, cidadã e transformadora. Assim, cabe debater que tipos de espaços e possibilidades surgem para concretizar uma informação ambiental eficaz. Nesta tentativa, apresentamos na sequência a análise da cobertura jornalística realizada pela Amazônia Real, veículo de perfil midiativista, no episódio da crise do Ministério do Meio Ambiente que acarretou na renúncia do então ministro Ricardo Salles.

A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real na ótica da Análise de Conteúdo

Para entender as manifestações comunicativas do objeto, foi utilizada a Análise de Conteúdo, selecionando os textos no portal da Amazônia Real no período que abrange o mês de abril, quando o delegado fez a denúncia sob a obstrução de investigação por parte de Ricardo Salles, a julho de 2021, considerando um lapso temporal após a renúncia propriamente do ex-ministro, que ocorreu em 23 de junho de 2021. O levantamento das reportagens, de caráter quantitativo, foi feito a partir das matérias publicadas na editoria de Meio Ambiente, usando da palavra-chave Ricardo Salles. Neste período, foram localizadas 29 matérias que nos interessavam por abordar o assunto central de alguma maneira: 14 reportagens na editoria citada, e 15 pela busca realizada. Nos chamou a atenção o fato de que nestas últimas, oito estavam inseridas em outras editorias, sendo

uma de “Política” e sete na divisão “Povos Indígenas”. O restante, sete matérias, estavam incluídas especificamente em Meio Ambiente, mas não apareciam diretamente na editoria, apenas pelo sistema de busca. Na filtragem das 29 reportagens, constatamos que seis não faziam citação a Ricardo Salles e ao Ministério do Meio Ambiente; e das 23 restantes, 14 mencionaram, mas sem relação com as investigações, portanto, nove abordaram especificamente a crise que nos interessa.

Em linhas gerais, todas as publicações são reportagens mais aprofundadas e contextualizadas, mas a minoria possui conexão com a crise aqui retratada, e apresentam poucos entrevistados no sentido de pluralizar as fontes de informação. Do total, seis foram assinadas pelo próprio portal, de forma institucionalizada – “por Amazônia Real” –, uma assinada em parceria com a Repórter Brasil⁶, e 22 assinadas por jornalistas, produção própria do portal, com uma espécie de biografia ao final das matérias, e *hiperlink* que leva a mais informações e a outros textos escritos pelo mesmo jornalista, conferindo um caráter mais personalizado.

Optamos por escolher três matérias mais significativas, dentre as que citam e possuem vinculação com os episódios que marcaram o primeiro semestre de 2021, para analisar de que forma as informações foram descritas, o uso de palavras adjetivadas/condenatórias/incisivas e a presença de recursos ativistas e tecnológicos com fins de mobilização na perspectiva midiativista. O corpus: *A boiada de Bolsonaro & Salles*⁷, publicada no dia 20 de abril; *Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeiras na Amazônia*⁸, publicada no dia 25 de maio; e *Porteiras abertas à destruição*⁹, publicada um dia depois, em 26 de maio.

1) O primeiro texto veiculado logo após a denúncia do delegado Alexandre Saraiva foi *A boiada de Bolsonaro & Salles*, em 20 de abril. A publicação é assinada por Lúcio Flávio Pinto, jornalista reconhecido, que possui um espaço próprio para a produção no portal, denominado *A Amazônia segundo Lúcio Flávio Pinto*. Pinto (2021) começa contextualizando e explicando a operação *Handroanthus* GLO, descrevendo-a como

⁶Organização Não Governamental brasileira independente, fundada em 2001 por um grupo de jornalistas, cientistas sociais e educadores, especializada em projetos sociais e comunicação. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>.

⁷Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-boiada-de-bolsonaro-salles/>. Acesso em: 05 ago.2021

⁸Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/como-o-governo-bolsonaro-atuou-em-favor-das-madeiras-na-amazonia>. Acesso em: 05 ago.2021

⁹Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porteiras-abertas-a-destruicao/>. Acesso em: 05 ago.2021

“uma história tão rica em destruição da floresta que a própria árvore que deu nome ao país, o pau brasil, está ameaçada de extinção”. Na tentativa de retratar a dimensão dos danos causados, o jornalista recorre a exemplos que melhor representam os 131 mil metros cúbicos apreendidos: “para transportar todas as toras seriam necessários 6.243 caminhões. A madeira seria suficiente para a construção de 2.620 casas populares”. Os madeireiros são adjetivados como “piratas”, recebem a alcunha de “devastadores da natureza”, e suas práticas são ressaltadas como “grosseiras” e “do passado”; para os grandes extratores de madeira ilegal, destaca-se que “o método agora é mais sofisticado”, o que indica um tom de ironia aos mecanismos utilizados para extração ilegal.

A matéria aborda de que forma é realizada essa retirada, e revela a participação de agentes públicos, empresários e laranjas em um “esquema criminoso” que inclui pagamento de propina a funcionários de órgãos de proteção ambiental, para que permitam a extração da madeira por meio de “planos de manejo fraudulentos”. Ainda segundo Pinto (2021), “a reação dos madeireiros era esperada. Mas não a do ministro do Meio Ambiente”, se referindo com surpresa à conduta de Ricardo Salles, “em tese, o mais interessado em preservar a ameaçada floresta amazônica”. O uso da expressão “em tese”, normalmente colocada como algo que se supõe, dá a entender que o até então ministro demonstrou negligência dado a sua conduta no Ministério do Meio Ambiente: “Ricardo Salles, porém, não se constrangeu em ir aos locais da apreensão e posar para imagens de um indisfarçável lobby pela liberação da madeira”. Destacamos, neste sentido, o uso dos verbos *constranger* e *posar*, que conferem um tom pejorativo e de represália a atitude de Salles, e também da expressão “indisfarçável lobby”, explicitando o interesse e a pressão de um grupo organizado, defendendo os interesses dos madeireiros.

O jornalista traz ainda o relato de Saraiva à Folha de São Paulo, para evidenciar o espanto de um ministro que manifesta contrário à preservação da floresta. Pinto (2021) finaliza a reportagem recordando a expressão “passar a boiada”, que se tornou pública quando Salles sugeriu em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que o governo de Jair Bolsonaro aproveitasse a crise com a pandemia da Covid-19 para flexibilizar as legislações ambientais. Visualizamos aqui a proposta de complementar o debate do *mainstream* midiático, mas a abordagem em si se vale de poucas fontes de informação.

2) Em *Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeiras na Amazônia*, assinada por Fábio Pontes em 24 de maio, e publicada mais de um mês após a reportagem citada acima, notamos um conteúdo mais extenso, de maior profundidade e

contextualização de informações. O texto começa apresentando outra operação, a Akuanduba, deflagrada no dia 19 de maio pela Polícia Federal, a qual expôs “um esquema criminoso criado nos comandos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os órgãos responsáveis por combater essa ilegalidade”. Pontes (2021) discorre sobre a quebra dos sigilos fiscal e bancário de Salles, Eduardo Bim, presidente do Ibama e outros servidores públicos, além de evidenciar que “todos os funcionários públicos investigados foram nomeados ou receberam cargos de chefia pela caneta do Ricardo Salles”, deflagrando a responsabilidade do então ministro.

O jornalista descreve Salles como “declarado inimigo da proteção florestal”, relembrando o termo “passar a boiada” proferido em 2020. Tal expressão é colocada em diversos momentos durante esta reportagem (“não fosse a desconfiança do órgão ambiental FWS [Fish and Wildlife Service], a boiada de Salles teria passado”), inclusive, foi citada em ao menos mais cinco textos publicados no período observado; a repetição corrobora o status na fraseologia nacional, colocado anteriormente por Lúcio Flávio Pinto. Pontes (2021) afirma que “o que fica claro agora é que, naquele momento, Salles já atuava para facilitar a vida dos destruidores da Amazônia”, destacamos neste sentido, o uso condenatório e denunciante do adjetivo “destruidores”.

O texto continua explorando as informações da ilegalidade de exportação de madeira, os métodos utilizados pelos madeireiros e obtidos pelas investigações, as quais revelaram uma sucessão de situações conflitantes entre os servidores nomeados por Salles, e de que forma o governo Bolsonaro contribuiu para as ações citadas. A reportagem ainda apura informações com o relato de um ex-funcionário do Ibama não identificado. Destacamos aqui o esclarecimento do jornalista com relação ao anonimato da fonte, se posicionando de maneira explícita:

[...] é a forma encontrada por muitos servidores do Ibama e ICMBio para escapar do “clima de terrorismo” implementado por Ricardo Salles desde sua chegada ao MMA. Também há uma “lei da mordaca” que impede contato destes servidores com jornalistas. Mesmo funcionários já aposentados ou não mais trabalhando para os órgãos federais têm receio de se expor ante as represálias (PONTES, 2021).

A narrativa enfatiza o posicionamento de Salles, o qual negou todas as acusações feitas pela Polícia Federal, e recebeu apoio do presidente Jair Bolsonaro, “em vez de ser afastado ou demitido” após a operação Akuanduba.

3) O texto *Porteiras abertas a destruição* foi veiculado no dia 26 de maio e assinada também por Lúcio Flávio Pinto, em sua coluna específica. O jornalista inicia o texto destacando e condenando, por meio de adjetivação negativa, a expressão “passar a boiada” de Salles, “que se incorporou à seção nefasta da fraseologia brasileira” e “serviu para mostrar em toda sua crueza, que o responsável pela gestão e preservação dos recursos naturais do país era como a raposa controlando o galinheiro”, usando de um dito popular para expressar a influência perniciosa do ministro. A publicação abusa dos adjetivos fortes que delatam, incriminam e denunciam a atuação de Salles, uma vez que assumiu a pasta do Ministério da Educação, e de seu “chefão” e “capitão”, Bolsonaro:

[...] o que Ricardo Salles mais fez foi levantar todas as cercas legais para a passagem de madeireiros, fazendeiros, grileiros de terras, falsos desenvolvedores de projetos de manejo florestal e até mesmo garimpeiros individuais e explícitas ou dissimuladas empresas de extração de ouro. Uma boiada sem fim. Liberta das travas estatais, destruidora, selvagem, sanguinária (PINTO, 2021).

Destacamos ainda as frases assertivas do jornalista, que alega que o até então ministro manifestou causa oposta e contraditória àquela que seria congruente, coerente ao seu papel ministerial: “levando à prática as orientações do presidente Jair Bolsonaro, Salles agora pode ter sido flagrado ao cortar as cercas demarcatórias da legalidade para criminosos”. Pinto (2021) amplia o debate ao colocar que o caso não abarca apenas madeireiros que exportam, mas se estende a todas as frentes econômicas que perpassam por novas áreas na Amazônia e integra distintos tipos de sujeitos, dos quais os mais “agressivos no momento” são os garimpeiros, que exterminam áreas “muito superiores às da época da garimpagem manual (agora são utilizadas máquinas pesadas, de alto valor) e, bem armados, já enfrentam forças federais, policiais e militares”.

Após a demissão de Salles, em 24 de junho, não houve a publicação de reportagem específica que informasse a demissão do até então ministro, que foi apenas denominado como “ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente” em publicações veiculadas após a data citada.

No que se refere ao uso de recursos tecnológicos e ativistas, observamos que, ao final de todas as matérias, além da biografia dos jornalistas, há opções de compartilhamento das reportagens pelo Facebook, Twitter e WhatsApp, o que evidencia a convergência entre plataformas, e caixa de comentários, mas não constam contribuições. Além disso, na sequência há o uso de diversas tags, que direcionam para

outras reportagens na temática em questão. Também constam hiperlinks para ampliação do conteúdo, a partir do próprio coletivo ou ainda para veículos convencionais como Folha de S. Paulo e página oficial do Governo Federal. Opções tímidas que não estimulam a mobilização ou mesmo envolvem usuários.

Breves considerações

Ainda que o próprio coletivo Amazônia Real não se denomine e nem tenha essa pretensão conceitual, nossa pesquisa percebe limitações para alcançar as propostas midiativistas na abordagem do caso estudado, mas consegue enxergar positivamente a materialização do jornalismo ambiental. Vamos ponderar esses achados em breves pontos de observação que, reconhecemos, precisam ser ampliados para radicarmos conclusões.

A cobertura por parte da Amazônia Real do episódio que culminou na denúncia do ministro do Meio Ambiente e que envolvia diretamente o território centralizado pelo coletivo, foi bastante escassa, com apenas três textos abordando diretamente o tema e nenhum após a renúncia propriamente de Ricardo Salles, ainda que todos conteúdos analisados, de alguma forma, cobrassem por esse desfecho. Obviamente que essa limitação da cobertura (ou não cobertura) pode ser multifatorial, já que se trata de um espaço colaborativo, autônomo e sem a exigência do alcance factual. Não obstante, existe a lacuna em um episódio tão significativo que acarretou no afastamento do líder do Ministério.

Destacamos, neste sentido, que dentre o total de matérias publicadas no período analisado, a minoria retratava esta crise e nenhuma delas avaliou a renúncia do político. Inferimos que a preocupação do coletivo não foi em abordar as situações decorrentes das investigações desta operação em si, tampouco analisar os desdobramentos do caso. Contudo, grande parte dos conteúdos que quantificamos tratava de temas não menos importantes, que também perpassam os vieses socioambientais: o garimpo ilegal, o recorde de desmatamento, projetos de lei que flexibilizam o licenciamento ambiental, entre outros.

Entre os textos analisados, é perceptível o intenso uso dos adjetivos pejorativos e denunciastas, e um forte posicionamento contra a atuação de Salles, visto como um “inimigo” da proteção ambiental. Mas também há tentativa de ampliação do acontecimento, contextualização e análise. Vimos aqui algumas das características

elencadas por Girardi (2018), como a exposição de uma visão sistêmica dos fatos, o comprometimento com a defesa da biodiversidade e da vida em sua plenitude, a transmissão da complexidade dos acontecimentos ambientais, sem a preocupação com a imparcialidade, em um movimento de explicitação do engajamento do jornalista, o que se aproxima do ideal do indivíduo midiativista.

Por outro lado, as possibilidades de se engajar no conteúdo e gerar algum tipo de mobilização, são diminutas; não há estratégias multimídias, nem apostas mais convergentes, ativistas que transcendam as informações, como utilização de *hashtags* e ou peças virais, conteúdos colaborativos, presença no acontecimento (até por limitações impostas pela pandemia da Covid-19). Há poucos recursos como hiperlinks para complementação do tema e compartilhamento do texto nas redes sociais, além de fotos de abertura, e a biografia e foto dos jornalistas, que conferem a legitimidade da autoria e do posicionamento do autor. Lúcio Flávio Pinto que assina dois textos da análise, inclusive, é um experiente jornalista independente ambiental, desde 1966, ativista da causa amazônica e dos direitos humanos, autor de mais de 20 livros, vencedor de prêmios e presente na lista dos 100 jornalistas engajados pela liberdade de imprensa, da organização Repórteres Sem Fronteiras¹⁰.

Ponderamos, por fim, a função de informação e mediação do midiativista, alinhada à transgressão solidária, posto que, até pela própria experiência de Lúcio Flávio Pinto, deduzimos que o sujeito/jornalista/cidadão integra a luta pela preservação ambiental e vislumbra suas próprias aptidões de intervenção social sendo potencializadas.

Referências

AMAZÔNIA REAL. Site oficial. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

¹⁰ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lucio-flavio-pinto-passa-a-integrar-a-redacao-da-amazonia-real/>. Acesso em 10 ago.2021

CAPRA, Frijot. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Editora Cultrix: São Paulo, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

MIGUEL, Katarini; FRANCO, Amanda. Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, Salvador. Anais 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2020.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 13-24.

JACOBI, Pedro. Socioambientalismo. In: RICARDO, B. CAMPANILI, M (org). **Almanaque Socioambiental 2008**, São Paulo: ISA, 2007, p. 461-468.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LIMA, Myrian Del Vecchio de *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 34, p. 74-85, 2015.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 295p.

MIGUEL, Katarini Giroldo. Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 144, p. 141-162, ago./nov. 2020. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4262>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. Sustentabilidade: do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 51-68.

PINTO, Lúcio Flávio. A boiada de Bolsonaro & Salles. **Amazônia Real**, 20 de abr. de 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-boiada-de-bolsonaro-salles/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PINTO, Lúcio Flávio. Porteiras abertas a destruição. **Amazônia Real**, 26 de mai. de 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porteiras-abertas-a-destruicao/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PONTES, Fábio. Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeireiras na Amazônia. **Amazônia Real**, 25 de mai. de 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/como-o-governo-bolsonaro-atuou-em-favor-das-madeireiras-na-amazonia>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RIBEIRO, Malu. Qual a atenção que o brasileiro dá para a pauta ambiental. [Entrevista concedida a] Camilo Rocha. **NEXO**, 07 de jun. de 2019 (atualizado 10/06/2019 às 14h28). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/07/Qual-a-aten%C3%A7%C3%A3o-que-o-brasileiro-d%C3%A1-para-a-pauta-ambiental>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RODRIGUES, Cláudia. **Mídia Ninja: narrativas jornalísticas em disputa**. Florianópolis: Insular, 2018. 256p.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 69-85.